

# **ECONOMIA SOLIDÁRIA E O ESTADO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES DE UMA COOPERATIVA AUTOGESTIONÁRIA<sup>1</sup>**

Ana Elídia Torres

Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis

[annaelidia@hotmail.com](mailto:annaelidia@hotmail.com)

Yuri Rodrigues da Cunha

Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília

[cunhayr@gmail.com](mailto:cunhayr@gmail.com)

## **Resumo**

O presente trabalho busca expor as relações entre o Estado Brasileiro e a Economia Solidária, a partir da reflexão sobre o cotidiano de trabalhadores que atuam em uma Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS. Neste trabalho argumenta-se que, no Brasil em virtude do crescimento do desemprego, desde os anos 90 até a primeira década dos anos 2000, uma fração dos desempregados foi obrigada a desenvolver formas alternativas para obter rendas, lançando-se aos empregos informais, como por exemplo, a catação de “lixo” e materiais recicláveis. Em meio a esse cenário, a Economia Solidária ganhou fôlego assumindo em geral a forma de cooperativas e associações produtivas que reuniu parcelas significativas destes trabalhadores informais. Assim, no Brasil ocorreu uma “reinvenção da economia solidária”, que passou a ser adotada enquanto política pública durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), em razão da criação em 2003 da Secretaria Nacional da Economia Solidária, que faz parte do Ministério do Trabalho e Emprego em razão da mobilização e articulação do movimento da economia solidária existente no país. Sob esta outra forma de produzir e de se relacionar com o fruto de seu trabalho, os trabalhadores cooperados adquiriram outro sentido em seu trabalho, ou seja, um trabalho cooperado e solidário, opostos aos valores capitalistas individualistas e egoístas.

**Palavras-Chave:** Economia Solidária; Cooperativas Populares Autogestionárias; Sentidos do Trabalho

---

<sup>1</sup> Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014

## Introdução

Sendo o “Trabalho” um tema muito caro as ciências humanas, ele traz longos debates e diferentes perspectivas de estudo. Abordado pelos autores clássicos, como Marx, Durkheim e Weber, o *trabalho* ocupa um lugar central na vida humana, afinal é o que “funda” o ser humano, aquilo que o “realiza”. Em outras palavras, o trabalho é que transforma o homem em ser social, distinguindo-o das formas “pré-humanas”<sup>2</sup>, sendo condição fundamental e necessária na vida humana e social, pois a capacidade de objetivar as coisas, o princípio teleológico<sup>3</sup>, que os distingue dos demais animais.

Se por um lado o trabalho possui uma dimensão ontológica, isto é, possibilita uma formação do ser social, por outro lado, o trabalho na sociedade capitalista, ganha outro contorno, um aspecto negativo, chamado de trabalho alienado (Marx, 1989; Vázquez, 2007). Esta forma de trabalho reduz o ser humano a uma condição de produtor de mercadorias, e que não reconhece o fruto de seu próprio trabalho, gerando assim uma relação de estranhamento. Essa relação leva Marx (1989) a afirmar que, no capitalismo o trabalhador se converte em uma mercadoria, sendo a “mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalho está na razão inversa do poder e da magnitude da sua produção” (Marx, 1989, p. 147).

No capitalismo, o trabalho converte-se em produtor de riqueza e de valor, nesse sentido, o trabalho é ao mesmo tempo o produtor de riqueza e produtor da miséria do trabalhador; o homem torna-se mercadoria quanto mais mercadoria produz; a sua realização é também sua desrealização; e quanto mais objeto produz, menos ele tem (Marx, 1975).

Sendo assim, essa atividade humana que transforma a natureza e constitui o sujeito, chamada trabalho, no modo de produção que prima pela acumulação do capital, muda de sentido (Antunes, 2010), ou seja, vira trabalho alienado, uma mercadoria, onde o operário vende sua força de trabalho como forma de garantir a sobrevivência.

Essa sobrevivência ganha um contorno competitivo, onde todos tem que lutar contra todos para sobreviver o melhor. Competição no capitalismo é um valor que, na

---

<sup>2</sup> Marx, 1989.

<sup>3</sup> Ficando mais evidente com o clássico exemplo do livro *O Capital*, entre a distinção da melhor abelha e do pior arquiteto. No qual o trabalho do pior arquiteto é qualitativamente superior a da melhor abelha, pois antes do arquiteto executar a construção, ele a projeta em seu cérebro. Ou seja, o trabalhador primeiro planeja, para em seguida executar o trabalho. (Marx, 1975, p. 130 – 131).

teoria, alavanca a sociedade<sup>4</sup>; mas, na prática, alavanca alguns (poucos) sob a espolição de outros (a maioria), como aponta Singer: “A apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, a sina dos perdedores fica na penumbra.” (2002, p. 8).

No contexto empresarial essa competição aparece cada vez maior, e as empresas estão numa corrida contra o tempo para se superarem sempre, e se tornarem melhores perante o mercado. Isso suscita uma procura pela inovação tecnológica, bem como novas formas de gestão do trabalho, que tendem a se aprofundar em um contexto de reestruturação produtiva ampliando o processo denominado de globalização. Este processo gera a intensa maquinização do campo e das indústrias, e ao mesmo tempo novas técnicas de racionalização e organização do trabalho, ou seja, dessa forma criam-se tecnologias que aumentam a produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que, reduz o número de trabalhadores, deixando as organizações mais enxutas e mais lucrativas.

É extremamente irônico que o processo de “globalização”, tão tendenciosamente propagandeado, tenha assumido em toda parte a forma devastadora do desemprego crônico, mesmo no “Norte” mais desenvolvido e privilegiado. Mas esta é a última coisa que os advogados acríticos da globalização desejam colocar em relevo. O que torna essa questão particularmente grave é que o desemprego crônico representa um limite *absoluto* – no sentido de insuperável – do sistema do capital em si em todas as suas variedades possíveis. É por isso que somente uma mudança verdadeiramente fundamental, que institua uma ordem social radicalmente diferente, será capaz de superar a desumanidade do desemprego cada vez mais globalizado: um problema de que nem mesmo a maior “casualização” – um sinônimo educado de *precarização* – será capaz de arranhar a superfície. (Mészáros, 2012, p. 17-18)

Nessa conjuntura também aparece a busca pelos menores custos de trabalho nos países subdesenvolvidos, a flexibilização dos contratos, a redução do poder sindical e a retirada dos direitos dos trabalhadores (Alves, 2000), tudo isso resultando no aumento significativo do índice de desemprego.

Na verdade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários

---

<sup>4</sup> De acordo com Adam Smith, cada capitalista perseguindo seus objetivos individuais leva de igual maneira, de uma forma “natural” ao progresso da sociedade. (Smith, 1978).

diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado. (Singer, 2002, p.110)

Todavia, no cenário de desemprego, os pobres não podem ficar parados. Isto quer dizer que embora, esse processo retire do mercado formal de trabalho milhares de trabalhadores que não são prontamente reinseridos, estes passam então a desenvolver outras atividades informais, sobretudo nas ruas. Dito de outra maneira, ficam desempregados, mas não desocupados. Para sobreviver, começam a atuar no mercado informal de trabalho geralmente em condições muito precárias (Antunes, 2008).

A catação de materiais recicláveis é uma das atividades informais mais praticadas por estas pessoas que são excluídas do mercado formal de trabalho. Segundo a Cartilha de Formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis<sup>5</sup>, esta ocupação já data de mais de 50 anos. No entanto, ainda que com meio século de existência, as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis são muito precárias.

Ao perambular pelas ruas, observa-se centenas deles abrindo sacos de lixo, entrando em contato direto com substâncias tóxicas, carregando toneladas de materiais em seus carrinhos, expostos muitas horas ao sol. Há ainda muitos catadores que trabalham nos lixões a céu aberto, disputando com urubus e porcos, alimentos descartados para o consumo pela sociedade. Além dessas condições objetivas de trabalho muito precarizadas, estes trabalhadores são explorados ao venderem seus materiais a preços irrisórios para comerciantes denominados atravessadores.

Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas a não ser talvez, atividades criminosas e mendicância. Uma grande parte dos que moram na rua ou em lixões se dedica a catar material reciclável. Sendo extremamente pobres, são explorados pelos sucateiros, que lhes adiantam dinheiro para poderem subsistir em troca da entrega do material coletado a preços vis. (Singer, 2002, p.89)

Nesse contexto do trabalho informal, do desemprego, da precariedade das relações e condições de trabalho, e principalmente, desse trabalho alienado, a Economia

---

<sup>5</sup> Cartilha de Formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – São Paulo: Setor de Comunicação do MNCR, 2005.

Solidária aparece como uma alternativa concreta. Tanto de renda para trabalhadores desempregados, quanto de vida para esses catadores, ou mesmo para trabalhadores que atuavam na informalidade, e muitas vezes, na absoluta precariedade.<sup>6</sup>

### **A construção de uma “outra” economia possível e necessária**

No Brasil a Economia Solidária reviveu e ganhou força com a crise social das décadas de 80 e 90, onde o país se desindustrializou e milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando aumento nas taxas de desemprego acentuando a exclusão social. Ela assumiu em geral a forma de cooperativas e associações produtivas, sob diferentes modalidades. Grande parte deste contingente é formada por cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias denominadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Outro contingente é formado por empresas falidas, ou em vias de falir, tomadas por seus trabalhadores que as ressuscitam como cooperativas. Há ainda, a modalidade formada por cooperativas promovidas por agricultores assentados pelo MST. Mas todas as modalidades atuam de forma autogestionária e sob os princípios da Economia Solidária, que organizou-se junto aos movimentos populares durante a redemocratização do país e ganha visibilidade a partir da década de 90.

A vivência cotidiana desses trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários é tomada como ponto de partida para a estratégia metodológica do trabalho da equipe, composta por docentes e alunos da graduação. O referencial teórico-metodológico baseia-se nos princípios do Cooperativismo Popular, da Economia Solidária, na perspectiva da Educação Popular, da Psicologia Sócio-Histórica e da Pesquisa Participante. Assim, os trabalhadores são vistos como sujeitos ativos, historicamente constituídos, a partir das relações sociais estabelecidas, em decorrência do modo de produção (Bock; Gonçalves; Furtado: 2009).

Esse grande número de experiências associativas que passam a ser organizadas pelos trabalhadores, no meio urbano e rural, em distintos contextos econômicos e sociais, junto a experiências em empresas falidas ou em crise, recuperadas pelos trabalhadores; grupos e associações comunitárias de caráter formal ou informal;

---

<sup>6</sup> “A Economia Solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo.” (SINGER, 2002, p. 114)

associações e cooperativas constituídas por agricultores/as familiares e assentados da reforma agrária; cooperativas urbanas (de trabalho, consumo e serviços); grupos de finanças solidárias, dentre outros, formam um contingente de experiências distintas, mas de um mesmo teor ideológico. Ou seja, uma alternativa, social e econômica, que antes era marcada por alguns nomes como, economia social, economia de solidariedade, economia popular e solidária, economia do trabalho, mas agora esta concentrada no princípio teórico chamado Economia Solidária.

Essa expressão foi usada pela primeira vez no Brasil, em 1996 por Paul Singer em um artigo publicado em 11 de junho no jornal Folha de São Paulo, intitulado “Economia solidária contra o desemprego”. Neste artigo o autor aborda a definição da ES como projeto de governo para a prefeitura de São Paulo na campanha de Luiza Erundina, então candidata à reeleição e em cujo primeiro governo Paul Singer foi Secretário de Planejamento.

No decorrer da década de 90 aconteceu uma solidificação de práticas solidárias e uma mobilização social para construir uma nova economia. Organizações sindicais, ONGs, acadêmicos de diversas áreas, religiosos, gestores públicos, entre outros se juntaram nesta causa. É relevante ressaltar que alguns municípios e representantes de estado também reuniram forças influenciando assim a criação de uma Secretaria de ES no Governo Federal.

Com a entrada do PT, pelo presidente Lula, no governo brasileiro essa mobilização ganhou força, com constantes interlocuções entre movimento e governo, assegurando assim a presença da Economia Solidária em nível de estado.

Para consolidar essa relação, o GT Brasileiro, Grupo de Trabalho criado no Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001 em Porto Alegre, que reuniu doze entidades e organizações nacionais, formulou uma Carta ao Governo Lula e organizou a Plenária Brasileira de Economia Solidária, em 09 e 10 de dezembro de 2002, em São Paulo, com a participação de aproximadamente 200 pessoas com o objetivo de construir uma agenda de interesse comum.

Novamente no FSM, só que agora em 2003, foi realizada a II Plenária Nacional de Economia Solidária, na qual foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego. A criação da SENAES foi

marcada por uma grande vitória das organizações da sociedade civil e dos representantes de governos que participaram do processo de construção da Secretaria. Paul Singer foi apresentado como nome consensual para ocupar a pasta.

Outro passo importante foi a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), fundado na “3ª Plenária de Economia Solidária” que aconteceu no mesmo dia de criação da SENAES.

Durante um longo processo do movimento da ES, discutiu-se a entrada ou não do movimento enquanto política de estado. Dentro da criação teórica de Singer, a qual é adotada neste texto, a ES deve ser uma política pública. E deve garantir uma alternativa de vida aos sujeitos, muitas vezes excluídos do mercado formal de produção. E mais do que isso, deve ser uma política que garante uma alternativa de vida aos trabalhadores, possibilitando uma outra forma de produzir, de vender e de comprar.

Contrapondo aos valores do sistema hegemônico, a Economia Solidária, tem enfoque na lógica "inclusiva", no bem coletivo, não na competitividade e no individualismo. Segundo a avaliação de Singer (2002)

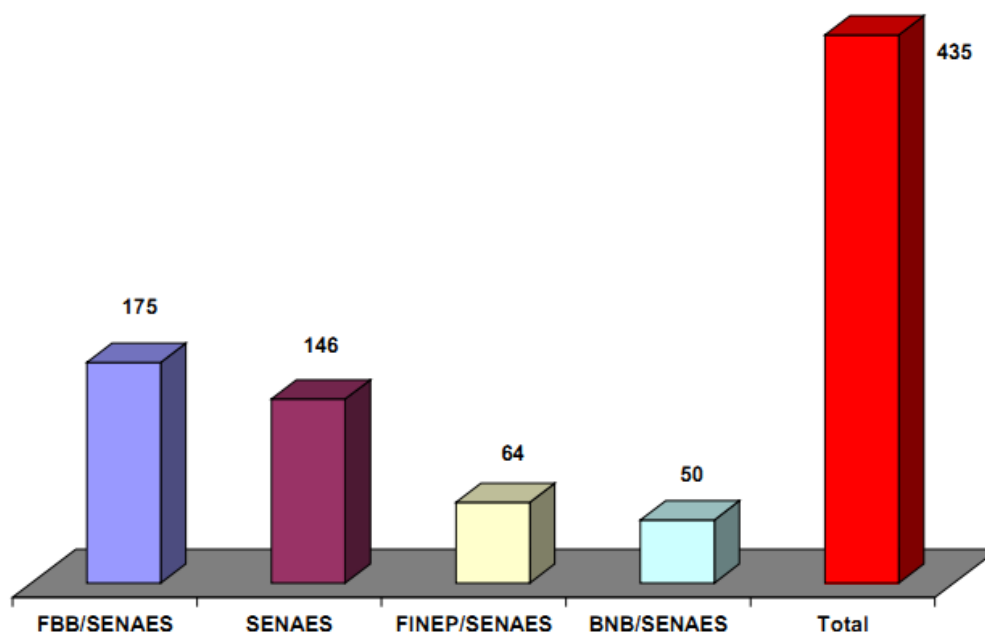
A Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc., na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dará mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (Singer, 2002, p. 114 – 115)

Apesar da ES se apresentar como alternativa a todos aqueles que desejam uma nova forma de se relacionar, a prioridade do estado em garantir acesso é para os cidadãos que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, particularmente aqueles beneficiados por programas de transferência de renda e de geração de trabalho e renda, onde se encontram os sujeitos desse trabalho: os catadores de materiais recicláveis.

A Economia Solidária se fortaleceu muito e pode se tornar política pública com a criação da SENAES, sendo assim, fomentou muitos grupos e empreendimentos autogestionários, além de ajudar a criar muitos outros. É importante ressaltar que foram construídas parcerias com outros Ministérios, como por exemplo, da Cultura, ou da Saúde, que fomenta diversos projetos aliando Saúde e ES, e também ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que atua junto aos projetos de Incubadoras de ES, além disso, existe as parcerias com estados e municípios, através de projetos municipais e ações universitárias.

A seguir poderá ser visto alguns gráficos a respeito da SENAES, que mostram o apoio aos projetos, e o seu crescimento anual:

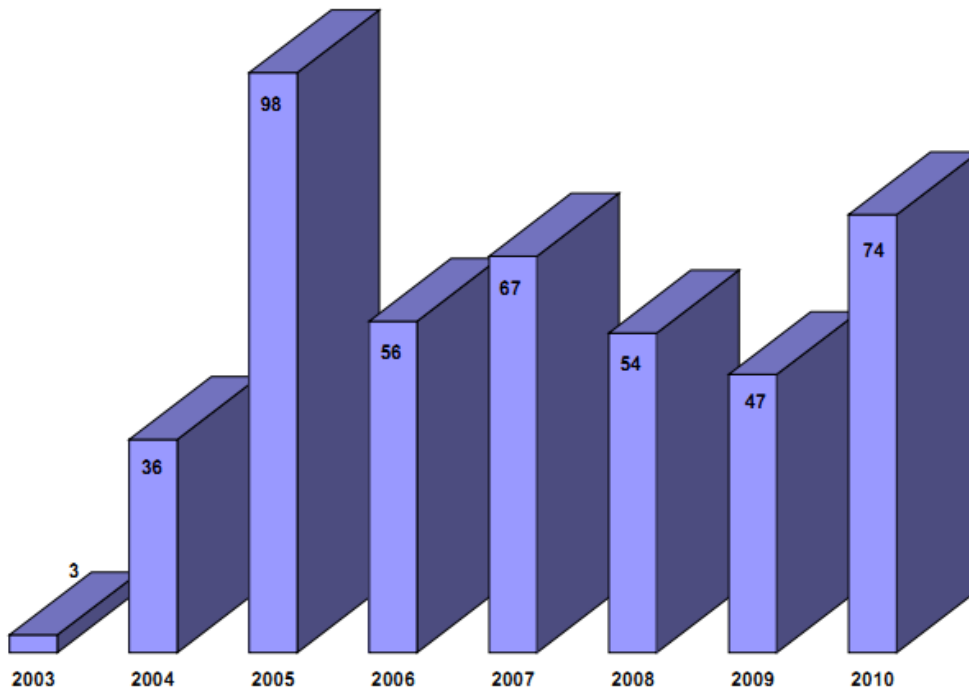
**Gráfico 1: PROJETOS APOIADOS (2003 - 2010)**



Fonte: Pesquisa SENAES - SOLTEC/UFRJ, 2011

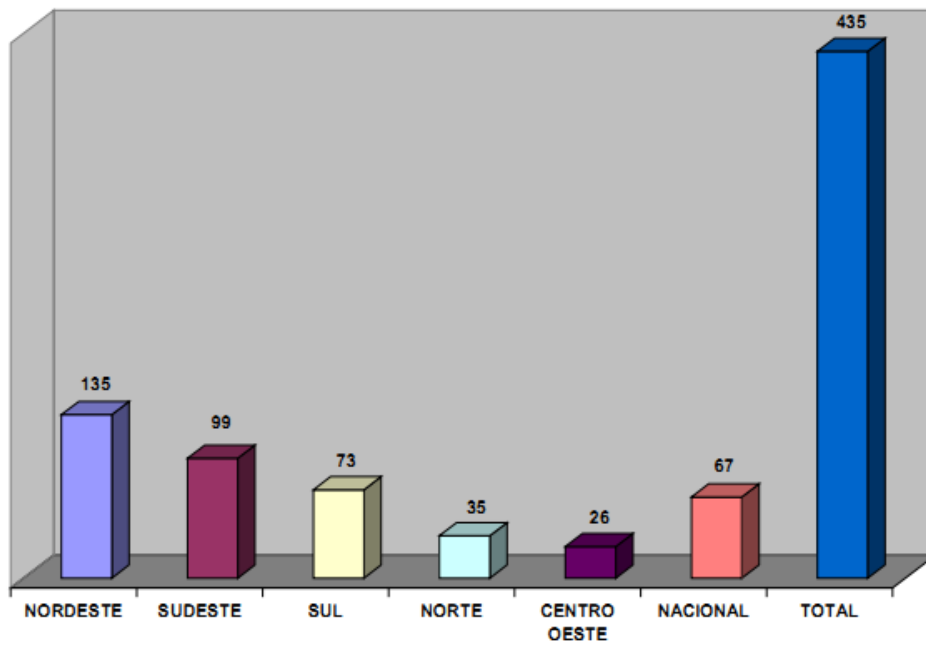


**Gráfico 2: PROJETOS APOIADOS POR ANO (2003 - 2010)**



Fonte: Pesquisa SENAES - SOLTEC/UFRJ, 2011

**Gráfico 3: ABRANGÊNCIA DOS PROJETOS APOIADOS (2003 - 2010)**



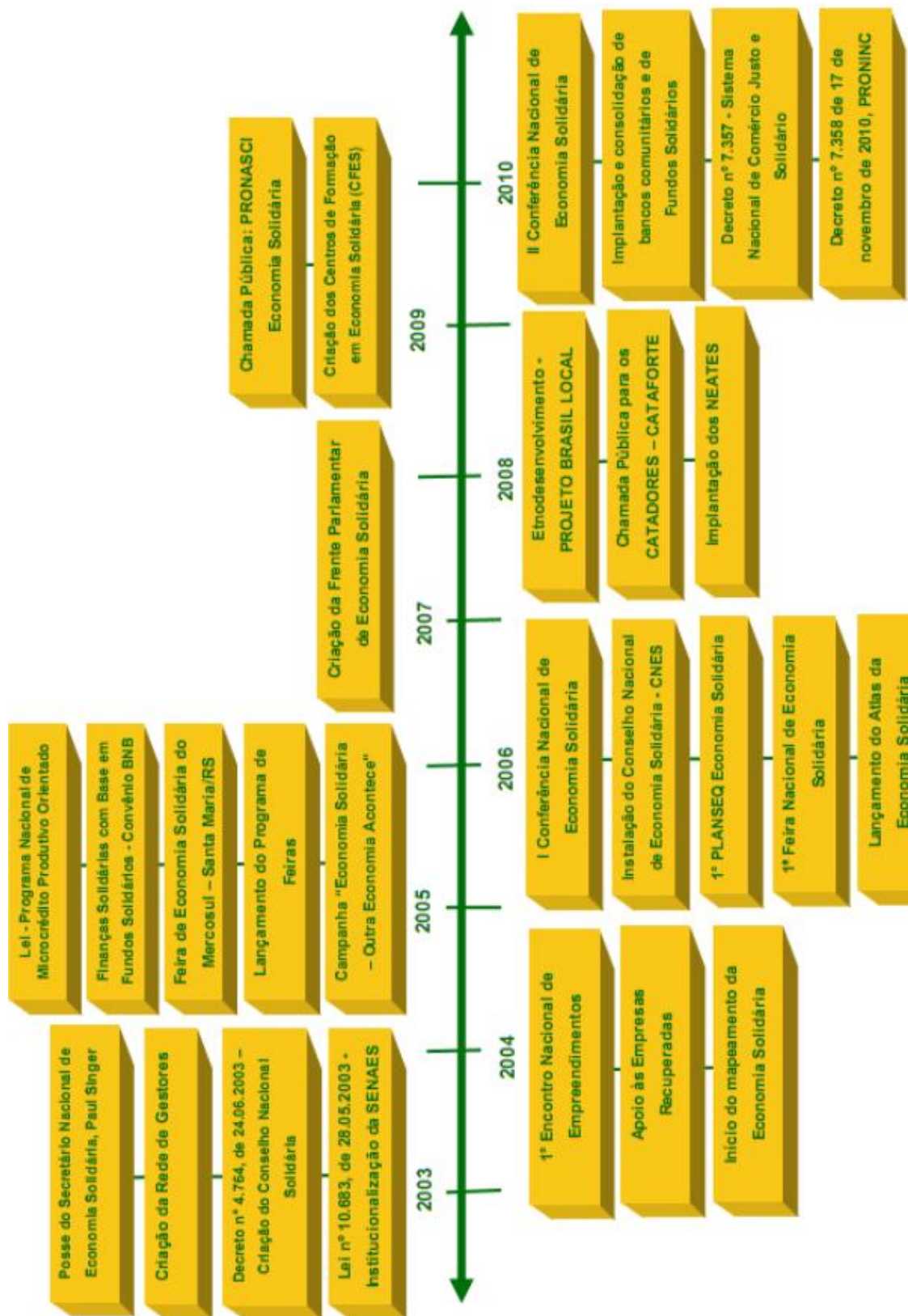
Fonte: Pesquisa SENAES - SOLTEC/UFRJ, 2011

A cada ano que se passava a SENAES conseguia mais parcerias e mais estrutura, crescendo com seu projeto de levar a ES para além de uma alternativa de renda. Algumas ações devem ser destacadas: apoio a projetos de empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão; apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC); implantação de Centros Públicos de Economia Solidária; e implantação do Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária.

No fervor de tantas iniciativas acontece a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) que consegue fazer um processo público e democrático de discussão das demandas da ES. No final do ano de 2006, esse processo foi consolidado com a instituição do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

Quatro anos depois avançou-se mais um pouco na consolidação das políticas públicas a partir da execução das ações do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, possibilitando o fortalecimento de EES por meio do acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e a organização de processos de produção e comercialização. E nesse período acontece um marco importante para os catadores, uma vez que implantou-se atividades e projetos de fomento e fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis (CATAFORTE), por meio de ações de formação e assessoramento técnico. A SENAES, em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), também continuou o apoio a mais de 10 mil catadores que receberam formação e assistência técnica articuladas a outras iniciativas de fomento do Governo Federal.

**Figura 1:** Linha do tempo da SENAES



Fonte: Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2003/2010. Brasília: MTE, SENAES, 2012.

Além disso, houve uma ampliação no número de Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Econômicos Solidários apoiadas pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que em novembro de 2010, é instituído por um decreto. Isso traz um aumento significativo de EES, uma vez que a incubadora tem o objetivo de prestar serviços de formação, informação e de apoio organizativo e de comercialização no fomento aos grupos que de alguma forma querem se organizar de forma solidaria e autogestionária.

**Incubadora de Cooperativas Populares: uma relação entre a política publica, pelas vias da Universidade, e os trabalhadores, por meio dos grupos e cooperativas.**

A parceria dos Empreendimentos Econômicos Solidários com as Universidades, a partir de Projetos de Extensão e de Programas Nacionais de Fomento, consolida-se na ação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Estas têm como proposta: assessorar e acompanhar os grupos populares em sua organização para o trabalho coletivo e democrático; contribuir para a articulação dos empreendimentos com os movimentos sociais que os representam, além de atuar junto ao Movimento da Economia Solidária.

No Brasil, a reinvenção da economia solidária é recente, mas apresenta grande vigor e notável criatividade institucional. São invenções brasileiras a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (Anteag), que já orientou a conversão de centenas de empresas em crise em cooperativas, e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) inseridas em Universidades. [...] As incubadoras organizam comunidades periféricas em cooperativas mediante a incubação, um complexo processo de formação pelo qual as práticas tradicionais de solidariedade se transformam em instrumentos de emancipação. (Singer, 2002, p. 121 - 122)

Atualmente, as incubadoras se apresentam como importante componente da Economia Solidária, estando presente em muitas universidades e atendendo diversos municípios do país. São multidisciplinares, integradas por alunos de graduação, pós graduação, funcionários e professores, pertencentes as mais diferentes áreas do saber. As ITCPs atuam em grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em Cooperativismo e Economia Solidária e apoio técnico, jurídico, e logístico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários.

A história de constituição da Incop Unesp, mais especificamente do Núcleo de Assis, esta fortemente ligada a atuação junto a grupos de catadores de materiais recicláveis do Oeste Paulista<sup>7</sup>. Em 2001, ainda em seu período inicial, a equipe do Grupo de Discussão sobre Desemprego com Trabalhadores Desempregados<sup>8</sup>, em suas reuniões com trabalhadores desempregados em Assis, deparava-se com uma indagação por eles apresentada: “... mas vai ter trabalho?” Ou seja, discutir a condição e os determinantes do desemprego só teria sentido se fosse possível vislumbrar alternativas.

Ao passo que as conversas com estes trabalhadores criavam certa consistência para pensar uma alternativa de condições melhores de trabalho e soluções conjuntas de geração de renda, o grupo de discussão foi abordado pela equipe da Cáritas Diocesana<sup>9</sup> que apresentou seu projeto de mobilização nacional, o Luxo do Lixo, cujo objetivo consistia em apoiar organizações de catadores de materiais recicláveis. Na ocasião, o trabalho que desenvolviam em Assis com catadores estava suspenso. Foi então que os convidaram para um trabalho conjunto, oferecendo infra-estrutura (galpão 300 m<sup>2</sup>, balança e prensas, carrinhos e outros), pagamento de um funcionário que atuava internamente e participação de um membro da Diretoria para os trabalhos de assessoria.

Ao mesmo tempo em que se consolidava o trabalho realizado pelos catadores no novo galpão em Assis, articulava-se no Brasil o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que teve como objetivos principais o reconhecimento da categoria, bem como, regulamentação de sua ocupação e, ainda, integração das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis nas políticas públicas sobre gerenciamento de resíduos sólidos urbanos.

Neste período, o MNCR mobilizou centenas de catadores para o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, ocorrido em 2001, em Brasília. A força desta articulação chegou ao Oeste Paulista e trouxe ao grupo de Assis as bases políticas que norteariam um processo local de organização do trabalho cooperativista. Em 2003,

---

<sup>7</sup> O desenvolvimento do texto que se segue foi baseado em um levantamento de práticas e metodologias que a equipe da Incubadora realizou no ano de 2011. Esse levantamento foi feito como um exercício de sistematizar as metodologias de trabalho para apresentar junto ao Projeto “Articulação”, que reúne outras incubadoras do estado de São Paulo com o intuito de intercambiar ações.

<sup>8</sup> Núcleo de Estágios da Unesp de Assis formado por uma equipe de professores e estagiários do Curso de Psicologia.

<sup>9</sup> A Cáritas Diocesana de Assis é uma rede da Igreja Católica de caráter social, atuando na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica. Seus agentes trabalham junto aos excluídos e excluídas, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais.

o então Grupo de Formação da Cooperativa foi oficializado como COOCASSIS (Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis). Contando, nesta ocasião, com 47 cooperados, a cada mês novos catadores e desempregados de outras áreas procuravam a COOCASSIS para ingressarem em busca de uma alternativa de trabalho e renda.

Em 2003, a COOCASSIS firma seu primeiro Convênio com a Prefeitura Municipal e assume as atividades de triagem do lixo no Parque de Reciclagem. Na renovação do Convênio, em 2004, implantou-se a coleta seletiva do município. Neste período, a Incop UNESP – Núcleo de Assis ganha visibilidade na região e algumas prefeituras começam a procurar seus serviços para organizar novos grupos de catadores. Assessorando os gestores públicos na elaboração de políticas públicas na área de Gestão de Resíduos Sólidos com inclusão de catadores, além dos trabalhos de incubação com organizações de catadores, a incubadora participou da implantação de Coleta Seletiva em vários municípios.

Hoje a Incubadora atua, junto aos grupos de catadores de materiais recicláveis, nos municípios de Assis, Maracaí, Palmital, Quatá, Paraguaçu Paulista e Candido Mota, além de atuar também junto ao Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista.

Como desdobramentos destas experiências junto aos municípios surge uma metodologia de incubação, metodologia que também é fruto das discussões realizadas por diferentes profissionais que, ao longo de uma trajetória de mais de 10 anos, deram à Incop UNESP – Núcleo de Assis características próprias, singulares e bem demarcadas para o trabalho de formação e assessoria a empreendimentos populares, bem como, de formação de seus profissionais.

Os primeiros contatos com o trabalho em campo ocorrem com o recebimento da demanda, levantamento das informações necessárias para estudo e análise da viabilidade do empreendimento e posterior definição quanto à aceitação ou recusa do trabalho.

No que concerne às proveniências destas demandas para acompanhamento de grupos de catadores em municípios da região de Assis, é relevante sinalizar que, embora o primeiro trabalho realizado pela Incubadora tenha surgido de reuniões com desempregados, atualmente a maioria dos contatos são feitos por instâncias de poderes

públicos municipais que apresentam sua demanda específica. A partir desse diálogo com o poder público e catadores, procura-se firmar algumas garantias de infra-estrutura para o início do trabalho de organização do empreendimento. Ao mesmo tempo em que essa aproximação com o poder público é realizada, a equipe da Incop inicia suas visitas aos espaços de trabalho dos grupos. Importante ressaltar que em todas estas visitas iniciais, a equipe se faz acompanhar por catadores de outras bases organizadas que auxiliam na troca de informações e na sensibilização do novo grupo para sua organização conforme os princípios do cooperativismo. Uma vez que a COOCASSIS foi a primeira Cooperativa a ser constituída, na maioria das vezes essas visitas foram acompanhadas por catadores desse grupo.

A partir de então, procura-se identificar características próprias do grupo em seu cotidiano de trabalho, de modo a identificar os processos de coleta, separação e beneficiamento do material realizado. A fim de discutir tais processos e ter uma contextualização do trabalho a ser definido, são agendadas reuniões entre o grupo e a equipe da Incop com apoio de profissionais do poder público local e outros parceiros.

Paralelamente, são realizadas reuniões periódicas com o gestor público local para definição de políticas públicas efetivas na gestão de resíduos com participação de bases organizadas de catadores. Considera-se esta estratégia fundamental para a garantia de melhores condições de trabalho para os empreendimentos, já que a gestão de resíduos sólidos urbanos é primordialmente responsabilidade desta instância pública, no que concerne principalmente à logística de coleta seletiva.

Dadas estas condições iniciais, realiza-se um estudo de viabilidade econômica a partir da razão de cálculo entre número de habitantes, produção de resíduos no município e número possível de catadores para integrar o empreendimento. Este cálculo tem ainda como balizas fundamentais planejar uma retirada em torno de um salário mínimo por associado e também a garantia do recolhimento do INSS. Este cálculo irá definir previamente as condições básicas para sustentabilidade do empreendimento que será negociado entre o grupo de catadores, poder público e incubadora.

Outra etapa fundamental que caracteriza tal diagnóstico implica na identificação das necessidades de infra-estrutura, equipamentos e veículos para a viabilização do empreendimento. A discussão com representantes da prefeitura vão dando visibilidade às demandas e às condições básicas para o início do trabalho para a coleta de resíduos

no município. Uma vez que a regulamentação do serviço de coleta é também responsabilidade do poder público, conforme o que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

### **Considerações finais**

Em continuidade ao estabelecimento de parceria entre poder público, catadores e incubadora e outras instituições, deve ser mantido uma agenda de reuniões periódicas visando concretizar as condições e as bases para o desenvolvimento do trabalho com o grupo. Juntos deve ser esboçado o trabalho de assessoria que será desenvolvido: reuniões periódicas, visitas, capacitações, entre outros. Tudo isso para viabilizar a ES como política pública, assim como defendida ao longo do texto.

A valorização do processo coletivo de tomada de decisões entre os membros da equipe e o respeito à autonomia dos empreendimentos compõem o conjunto de valores e princípios adotados pela incubadora, também pautados pelo cooperativismo popular, pelo Movimento de Economia Solidária e por outros movimentos sociais, como por exemplo, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Sendo assim, todo esse processo se dá na perspectiva de consolidar um trabalho de intervenção social que faça relevantes e efetivas transformações nos territórios,<sup>10</sup> uma vez que a assessoria as cooperativas populares caracteriza-se por uma constante ação de construir o novo, o diferente, fazendo com que os trabalhadores conquistem uma autonomia e uma consciência mais crítica, edificando sua liberdade, ou seja, aproximando-se da emancipação sonhada pela Economia Solidária.

### **Referencias Bibliográficas**

ALVES, G. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? ensaio sobre a metamorfose do trabalho*. 13ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

---

<sup>10</sup> É a concepção de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros. (SINGER, 2002, p. 116)



- \_\_\_\_\_. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BRASIL. *Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal*. Brasília: MTE, SENAES, 2012.
- BOCK, A. M. B., GONÇALVES, M. G. M, FURTADO, O. (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. et al. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693 – 713.
- DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Cadernos Cedes*, (62)24, 44 – 63, 2004.
- FREIRE, P. *Educação Como Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HELLER, A. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KREIN, J. D. *Tendências Recentes nas Relações de Emprego no Brasil: 1990 – 2005*. Tese (Doutorado), Instituto de Economia (IE), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2007.
- MARX, K. *El Capital: crítica de la economía política*. Vol I. Ciudad Del México: Fondo de cultura económica, 1975.
- \_\_\_\_\_. Trabalho Alienado e Superação positiva da auto-alienação humana. (Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844). In: FERNANDES, Florestan (org.) *MARX & ENGELS*. São Paulo: Ed. Ática, 1989. (p. 146 – 181).
- MÉSZÁROS, I. *O poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SATO, L., SOUZA, M. P. R. Contribuindo para Desvelar a Complexidade do Cotidiano através da Pesquisa Etnográfica em Psicologia. In: MATIAS, M. C. M., ABIB, J. A. D. (Orgs) *Sociedade em Transformação: Estudo das Relações entre trabalho, saúde e subjetividade*. Londrina: EDUEL, 2007.
- \_\_\_\_\_. Contribuindo para Desvelar a Complexidade do Cotidiano através da Pesquisa Etnográfica em Psicologia. *Psicol. USP*, São Paulo , v. 12, n. 2, 2001 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642001000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 15 de dezembro de 2013.
- SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SMITH, A. *Investigação sobre a Natureza e as Causas das Riquezas das Nações*. São Paulo, Abril: 1978.

THOMPSON, G. P. A. *Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G (org.). *Max Weber* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 2003. p. 79 – 127.